



<b>PROCESSO N.º</b>	<b>41.187-6/2021</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE</b>
<b>PREFEITO</b>	<b>EDELO MARCELO FERRARI</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2021</b>
<b>RELATOR</b>	<b>WALDIR JÚLIO TEIS</b>

### Sumário

<b>I.</b>	<b>RELATÓRIO .....</b>	<b>2</b>
<b>1.</b>	<b>DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1.</b>	<b>PLANO PLURIANUAL - PPA .....</b>	<b>4</b>
<b>1.2.</b>	<b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO.....</b>	<b>5</b>
<b>1.3.</b>	<b>LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA.....</b>	<b>5</b>
<b>2.</b>	<b>RECEITA CONSOLIDADA .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1.</b>	<b>RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA .....</b>	<b>9</b>
<b>3.</b>	<b>DESPESA CONSOLIDADA .....</b>	<b>9</b>
<b>4.</b>	<b>PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS .....</b>	<b>10</b>
<b>4.1.</b>	<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - AÇÕES DE COMBATE À COVID-19 .....</b>	<b>10</b>
<b>5.</b>	<b>RESTOS A PAGAR .....</b>	<b>11</b>
<b>5.1.</b>	<b>QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – QIRP .....</b>	<b>12</b>
<b>5.2.</b>	<b>QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA - QDF.....</b>	<b>12</b>
<b>5.3.</b>	<b>QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA – QSF .....</b>	<b>13</b>
<b>6.</b>	<b>LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>6.1.</b>	<b>EDUCAÇÃO - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) E FUNDEB .....</b>	<b>13</b>
<b>6.2.</b>	<b>SAÚDE .....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.</b>	<b>PESSOAL .....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.1.</b>	<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.2.</b>	<b>LIMITES LEGAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.2.1.</b>	<b>PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.2.2.</b>	<b>PODER LEGISLATIVO .....</b>	<b>15</b>
<b>6.3.2.3.</b>	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL .....</b>	<b>15</b>
<b>6.4.</b>	<b>REPASSES AO LEGISLATIVO .....</b>	<b>15</b>
<b>6.5.</b>	<b>SÍNTESE DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCIPAIS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>7.</b>	<b>DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>16</b>
<b>8.</b>	<b>CONCLUSÃO DA SECEX.....</b>	<b>17</b>
<b>8.1.</b>	<b>RELATÓRIO TÉCNICO DE DEFESA DAS CONTAS DE GOVERNO .....</b>	<b>17</b>
<b>9.</b>	<b>PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS .....</b>	<b>18</b>





<b>PROCESSO N.º</b>	<b>41.187-6/2021</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE</b>
<b>PREFEITO</b>	<b>EDELO MARCELO FERRARI</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2021</b>
<b>RELATOR</b>	<b>WALDIR JÚLIO TEIS</b>

## **I. RELATÓRIO**

1. Trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Brasnorte, exercício de 2021, sob a responsabilidade do senhor Edelo Marcelo Ferrari (Ordenador de Despesas), prestadas a este Tribunal com fundamento no art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988); no art. 210, I, da Constituição Estadual; nos arts. 1º, I, e 26 da Lei Complementar n.º 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT); nos arts. 1º, I, e 185 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RI-TCE/MT, aprovado pela Resolução Normativa n.º 16/2021.
2. A contabilidade do Município esteve sob a responsabilidade da Sra. Ivanise Luiza Passarini Dalla Rosa, CRC/MT nº 009076/O-2.
3. O Controle Interno foi exercido pela Sra. Cristiane Bazzan, não havendo nos autos informações sobre o Parecer do Controle Interno, referente as contas anuais do exercício de 2021.
4. No Parecer do Controle Interno<sup>1</sup>, foi informado que o gestor conduziu o governo municipal de forma a proporcionar um crescimento econômico e social modo transparente e dentro dos ditames legais.
5. A controladora sustentou que não recebeu denúncia nem questionamentos sobre a veracidade de documentos municipais, bem como que a execução orçamentária e contábil sobre as contas de governo no exercício econômico e financeiro de 2021 representam adequadamente a posição de 31 de dezembro de 2021, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis disponíveis para consulta pela população e pelos entes responsáveis pelo controle externo.

<sup>1</sup> Doc. Digital n.º 112648/2022, p. 275 a 287.





6. Ressaltou que o Poder Executivo respeitou os limites e percentuais de despesas previstos na Constituição Federal – CF/88, para Educação e Saúde e não foram constatadas falhas de governo passíveis de prejuízo ao erário.

7. Opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas, tendo em vista que a despesa com pessoal atingiu o percentual de 41,04% (quarenta e um inteiros e quatro centésimos percentuais), os gastos com educação 25,68% (vinte e cinco inteiros e sessenta e oito centésimos percentuais) e saúde 24,93% (vinte e quatro inteiros e noventa e três centésimos percentuais).

8. Do Relatório Técnico Preliminar elaborado pela Secex<sup>2</sup>, extrai-se o registro dos seguintes dados acerca das Contas Anuais de Governo sob análise:

9. Quanto às características do Município de Brasnorte:

<b>Data da Criação do Município</b>	<b>5/9/1986</b>
<b>Área Geográfica</b>	<b>15.959.135 m<sup>2</sup></b>
<b>Distância Rodoviária do Município à Capital</b>	<b>575 km</b>
<b>Estimativa de População do Município IBGE- 2021</b>	<b>20.571</b>

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 6.

10. A seguir, outros indicadores de cunho informativo:

<b>População Censo 2010</b>	<b>População estimada 2021</b>	<b>Densidade demográfica hab/km<sup>2</sup> - 2010</b>	<b>Escolarização 6 a 14 anos % 2010</b>	<b>IDHM - 2010</b>
<b>15.357</b>	<b>20.571</b>	<b>0,96</b>	<b>96</b>	<b>0,696</b>

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-brasilandia/panorama>

<b>Mortalidade infantil óbitos p/mil nascidos vivos</b>	<b>Receitas realizadas – R\$ (x 1.000) 2017</b>	<b>Despesas empenhadas – R\$ (x1.000) 2017</b>	<b>PIB Per capita – R\$ (2019)</b>
<b>11,7</b>	<b>66.422,25</b>	<b>57.804,41</b>	<b>48.161,65</b>

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-brasilandia/panorama>

11. Quanto aos Pareceres Prévios emitidos por este Tribunal no período de 2017 a 2020, destacam-se as seguintes informações:

<b>Exercício de 2017</b>	<b>Relator: Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição Luiz Henrique Lima</b>	<b>Parecer Prévio Favorável à aprovação</b>
<b>Exercício de 2018</b>	<b>Relator: Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição Luiz Henrique Lima</b>	<b>Parecer Prévio Favorável à aprovação</b>
<b>Exercício de 2019</b>	<b>Relator: Conselheiro Domingos Neto</b>	<b>Parecer Prévio Favorável à aprovação</b>





Exercício de 2020

Relator: Conselheiro Domingos Neto

Parecer Prévio Favorável  
à aprovação

Fonte: Sistema Control-P - TCE/MT.

## 1. DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO

### 1.1. Plano Plurianual - PPA

12. O Plano Plurianual (PPA) do Município, para o quadriênio de 2018 a 2021 foi instituído pela Lei n.º 2049/2017 e protocolado neste Tribunal sob o n.º 364185/2017, em 13/12/2017, cumprindo o disposto no art. 166, II, do antigo Regimento Interno do TCE/MT, Normativa nº 14/2007 do TCE/MT, que determina o prazo final para o seu encaminhamento a este Tribunal até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

13. Conforme informações do Relatório Técnico da Secretaria de Controle Externo (Secex), no exercício de 2021, o PPA foi alterado pelas seguintes leis:

Nº da Lei	Data de aprovação	Nº da Lei	Data de aprovação
02508/2021	12/02/2021	02569/2021	03/05/2021
02509/2021	12/02/2021	02570/2021	03/05/2021
02511/2021	23/02/2021	02571/2021	03/05/2021
02513/2021	23/02/2021	02572/2021	03/05/2021
02514/2021	23/02/2021	02583/2021	10/06/2021
02518/2021	02/03/2021	02584/2021	10/06/2021
02521/2021	02/03/2021	02588/2021	30/06/2021
02523/2021	02/03/2021	02589/2021	30/06/2021
02524/2021	02/03/2021	02594/2021	23/08/2021
02525/2021	02/03/2021	02595/2021	23/08/2021
02528/2021	11/03/2021	02596/2021	23/08/2021
02529/2021	11/03/2021	02598/2021	31/08/2021
02530/2021	11/03/2021	02599/2021	31/08/2021
02531/2021	11/03/2021	02601/2021	31/08/2021
02532/2021	11/03/2021	02602/2021	31/08/2021
02533/2021	11/03/2021	02605/2021	14/09/2021
02534/2021	11/03/2021	02608/2021	14/09/2021
02537/2021	22/03/2021	02609/2021	14/09/2021
02538/2021	22/03/2021	02611/2021	14/09/2021
02539/2021	22/03/2021	02612/2021	21/09/2021
02540/2021	22/03/2021	02613/2021	21/09/2021
02541/2021	22/03/2021	02614/2021	21/09/2021
02545/2021	30/03/2021	02615/2021	21/09/2021
02546/2021	30/03/2021	02616/2021	21/09/2021
02547/2021	30/03/2021	02620/2021	14/10/2021
02548/2021	30/03/2021	02621/2021	14/10/2021
02549/2021	30/03/2021	02622/2021	14/10/2021
02550/2021	13/04/2021	02623/2021	14/10/2021
02551/2021	13/04/2021	02624/2021	28/10/2021
02552/2021	13/04/2021	02625/2021	28/10/2021
02553/2021	13/04/2021	02626/2021	28/10/2021
02559/2021	22/04/2021	02630/2021	11/11/2021
02560/2021	22/04/2021	02632/2021	23/11/2021
02561/2021	22/04/2021	02633/2021	23/11/2021
02562/2021	22/04/2021	02634/2021	23/11/2021
02563/2021	22/04/2021	02638/2021	01/12/2021
02564/2021	22/04/2021	02644/2021	13/12/2021
02565/2021	22/04/2021	02645/2021	13/12/2021
02566/2021	22/04/2021	02647/2021	21/12/2021
02568/2021	26/04/2021	02649/2021	22/12/2021





## 1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

14. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município para o exercício de 2021 foi aprovada sob nº 2489/2020 e encaminhada em 23/12/2020 a este Tribunal conforme o Protocolo n.º 274232/2020, cumprindo ao disposto no art. 166, II, da Resolução Normativa nº 14/2007 do TCE/MT, que determina que o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal é até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

15. Sobre a elaboração da LDO, a Secex registrou que:

- 1) A meta fiscal de resultado primário não foi prevista na LDO (art. 4º, §1º da LRF). FC13;
- 2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF);
- 3) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, conforme determina o art. 48, § 1º, inc. I da LRF.
- 4) Houve divulgação/publicidade da LDO nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.
- 5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF;
- 6) A LDO estabeleceu o percentual para a Reserva de Contingência.

## 1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

16. A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município para o exercício de 2021 foi aprovada sob o n.º 2500/2020 e protocolada neste Tribunal em 29/12/2020 sob o nº 275565/2020, em cumprimento ao disposto no art. 166, I, da Resolução Normativa nº 14/2007 do TCE/MT, que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até 15 de janeiro de cada ano.

17. No Relatório Técnico Preliminar, consta que a LOA estimou a receita e fixou a despesa do município em **R\$ 72.585.756,26** (setenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos), considerando o valor dos Orçamentos Fiscal, no montante de **R\$ 53.264.195,86** (cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), da Seguridade Social, no valor de **R\$ 19.321.560,40** (dezenove milhões, trezentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta centavos). Não houve orçamento de





investimento.

18. Acerca da elaboração da LOA, a Secex mencionou que:

- 1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF);
- 2) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em atendimento ao art. 48, § 1º, inc. I da LRF- DB08;
- 3) Houve divulgação/publicidade da LOA nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.
- 4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)

19. A Secex relatou as seguintes alterações orçamentárias:

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 72.585.756,26	R\$ 71.494.528,00	R\$ 11.212.216,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.436.057,00	R\$ 124.856.443,96	72,01%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	98,49%	15,44%	0,00%	0,00%	41,93%	72,01%	-

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc. Digital nº 112648/2022, pg. 39) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 124.856.443,96, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic. De acordo com o quadro a seguir, constata-se que as alterações orçamentárias em 2021 totalizaram 113,94% do Orçamento Inicial.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2021	R\$ 72.585.756,26	R\$ 82.706.744,70	113,94%

Chama a atenção a dimensão das alterações orçamentárias. É como se o orçamento inicial tivesse sido integralmente abandonado e um novo orçamento sendo construído, à medida que a execução orçamentária do exercício foi acontecendo. Sem contar o acréscimo de 13,94% do valor originalmente orçado, que era de R\$ 72.585.756,26 e saltou para R\$ 82.706.744,70

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:







RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 30.436.057,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 35.152.809,67
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 17.117.878,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>R\$ 82.706.744,70</b>

20. LOA/2021 estabeleceu o limite de até 20% (vinte por cento) da despesa fixada para a abertura de créditos adicionais suplementares, conforme demonstrado a seguir:

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a;

I – Abrir no curso da execução orçamentária. Com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelos artigos nº 42 e nº 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, **créditos adicionais suplementares até o limite de 20%** (vinte por cento) do total da despesa fixada no Artigo 2º desta Lei. Conforme disposto no Artigo nº 11 da Lei nº 2.49 de 28 de setembro de 2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifou-se).

21. A partir da análise das alterações orçamentárias, a Secex constatou que:

- a. Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF). Todas as Leis autorizativas de abertura de créditos adicionais analisadas, conforme a amostra definida, indicaram o valor do respectivo crédito, seja em valores absolutos seja em percentual da despesa autorizada na LOA;
- b. Os créditos adicionais suplementares foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64);
- c. Os créditos adicionais especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, conforme estabelece o art. 167, inc. V, CF; art. 42, Lei nº 4.320/64;
- d. Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF);
- e. Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964) - FB03;
- f. Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964);
- g. Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964);

## 2. RECEITA CONSOLIDADA

22. De acordo com o Relatório Técnico Preliminar, a receita total arrecadada pelo





Município foi de **R\$ 116.381.013,26** (cento e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, treze reais e vinte e seis centavos), sendo que desse valor deve ser deduzido o total de **R\$ 13.836.962,00** (treze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais) correspondente ao FUNDEB, renúncias de receitas e outras deduções, culminando com a receita líquida no montante de **R\$ 102.544.051,26** (cento e dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e um reais e vinte e seis centavos). Não consta dos autos o registro de receita intraorçamentária, conforme se observa no demonstrativo do resultado da arrecadação orçamentária por subcategoria econômica da receita abaixo:

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 111.794.012,94</b>	<b>R\$ 113.416.822,43</b>	<b>101,45%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 10.414.076,28	R\$ 11.531.191,42	110,72%
Receita de Contribuições	R\$ 696.923,62	R\$ 482.717,31	69,26%
Receita Patrimonial	R\$ 607.661,73	R\$ 728.973,66	119,96%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 1.460.296,13	R\$ 1.522.445,02	104,25%
Transferências Correntes	R\$ 98.336.111,94	R\$ 99.040.737,74	100,71%
Outras Receitas Correntes	R\$ 278.943,24	R\$ 110.757,28	39,70%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 5.167.402,62</b>	<b>R\$ 2.964.190,83</b>	<b>57,36%</b>
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 39.760,33	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 5.127.642,29	R\$ 2.964.190,83	57,80%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 116.961.415,56</b>	<b>R\$ 116.381.013,26</b>	<b>99,50%</b>
<b>IV - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-R\$ 9.222.849,63</b>	<b>-R\$ 13.836.962,00</b>	<b>150,02%</b>
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 9.222.849,63	-R\$ 13.836.962,00	150,02%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)</b>	<b>R\$ 107.738.565,93</b>	<b>R\$ 102.544.051,26</b>	<b>95,17%</b>
<b>V - Receita Corrente Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>VI - Receita de Capital Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 107.738.565,93</b>	<b>R\$ 102.544.051,26</b>	<b>95,17%</b>

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 83.

23. A receita líquida efetivamente arrecadada no valor de **R\$ 102.544.051,26** (cento e dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), exceto a intraorçamentária, revela arrecadação superior à receita prevista atualizada de **R\$ 107.738.565,93** (cento e sete milhões, setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), conforme demonstrado no item 5.1.1 - Quociente de execução da receita - QER:







A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 107.738.565,93
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentária	R\$ 102.544.051,26
QER	B/A	0,9517

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 31.

## 2.1. Receita Tributária Própria

24. O valor arrecadado a título de receita tributária própria em 2021 foi de **R\$ 11.420.882,60** (onze milhões, quatrocentos e vinte mil, oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos), o que corresponde a **10,07%** (dez inteiros e sete centésimos percentuais) do total da receita corrente.

25. Nesse caso nota-se que em termos percentuais, a participação da receita própria em relação à receita total desse ano, diminuiu quando comparada à receita do ano anterior, a qual representou **10,82%** (dez inteiros e oitenta e dois centésimos percentuais). Todavia, deve-se registrar que em termos nominais a receita própria teve um aumento de **14,87%** (quatorze inteiros e oitenta e sete centésimos percentuais).

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 111.794.012,94	R\$ 113.416.822,43	101,45%

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, fls. 83.

Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 59.252.707,16	R\$ 65.814.715,45	R\$ 71.761.870,12	R\$ 83.898.183,98	R\$ 102.544.051,26
Receita Tributária Própria	R\$ 7.589.940,37	R\$ 8.252.143,00	R\$ 9.585.298,16	R\$ 9.941.970,04	R\$ 11.420.882,60
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	11,80%	11,49%	12,17%	10,82%	10,07%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	11,27%				

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 22.

## 3. DESPESA CONSOLIDADA

26. Com relação à despesa consolidada no exercício analisado, a Secex informou que a despesa autorizada, incluída a intraorçamentária, foi de **R\$ 124.856.443,96** (cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos), tendo sido empenhado o montante de **R\$ 99.103.245,50** (noventa e nove milhões, cento e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), liquidado **R\$ 92.234.882,06** (noventa e dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e seis centavos) e pago **R\$ 91.085.408,35** (noventa e





um milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e oito reais e trinta e cinco centavos).

27. No período de 2017 a 2021, a série histórica das despesas orçamentárias do Município revela um aumento das despesas realizadas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas correntes	R\$ 53.125.887,15	R\$ 56.584.790,65	R\$ 65.043.898,24	R\$ 67.987.477,93	R\$ 84.975.641,27
Pessoal e encargos sociais	R\$ 35.320.345,49	R\$ 33.900.506,43	R\$ 38.934.126,11	R\$ 41.564.761,85	R\$ 45.264.689,20
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 109.272,55	R\$ 69.134,50	R\$ 86.691,14	R\$ 253.203,60	R\$ 0,00
Grupo de despesas	2017	2018	2019	2020	2021
Outras despesas correntes	R\$ 17.696.269,11	R\$ 22.615.149,72	R\$ 26.023.080,99	R\$ 26.169.512,48	R\$ 39.710.952,07
Despesas de Capital	R\$ 4.678.519,27	R\$ 5.289.503,36	R\$ 5.775.174,25	R\$ 8.154.057,59	R\$ 14.127.604,23
Investimentos	R\$ 4.232.333,59	R\$ 5.054.174,48	R\$ 5.523.274,42	R\$ 7.482.696,30	R\$ 14.127.604,23
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 446.185,68	R\$ 235.328,88	R\$ 251.899,83	R\$ 671.361,29	R\$ 0,00
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 57.804.406,42	R\$ 61.874.294,01	R\$ 70.819.072,49	R\$ 76.141.535,52	R\$ 99.103.245,50
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Despesas	R\$ 57.804.406,42	R\$ 61.874.294,01	R\$ 70.819.072,49	R\$ 76.141.535,52	R\$ 99.103.245,50
Variação - %		7,04%	14,45%	7,51%	30,15%

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 28.

#### 4. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

##### 4.1. Execução Orçamentária - Ações de Combate à Covid-19

28. No que se refere à criação de programas ou ações específicas para a contabilização das despesas relacionadas ao enfrentamento da **Covid-19**, em atendimento à Resolução Normativa n.º 04/2020-TP, o município criou projetos/atividades, cuja execução totalizou:

TOTAL	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
TOTAL AÇÕES COVID	R\$ 766.552,45	R\$ 753.136,95	R\$ 682.003,64

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 29.

29. Do valor recebido, foi empenhado **R\$ 766.552,45** (setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) liquidado **R\$ 753.136,95** (setecentos e cinquenta e três mil, cento e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) e pago o valor de **R\$ 682.003,64** (seiscentos e oitenta e dois mil, três reais e





sessenta e quatro centavos).

30. Com relação às fontes de recursos, foram executados os seguintes valores:

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 618.606,18	R\$ 605.190,68	R\$ 540.166,27
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 136.871,30	R\$ 136.871,30	R\$ 136.871,30

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 4.966,07	R\$ 4.966,07	R\$ 4.966,07
>>>>>	<b>TOTAL RECURSOS APLICADOS</b>	<b>R\$ 760.443,55</b>	<b>R\$ 747.028,05</b>	<b>R\$ 682.003,64</b>

Fonte	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e/ou mitigação de seus efeitos financeiros				
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
>>>>>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 29 e 30.

## 5. RESTOS A PAGAR

31. A Secex informou que, ao final do exercício de 2021, havia inscrição em Restos a Pagar o montante de **R\$ 8.436.690,05** (oito milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa reais e cinco centavos). Desse valor **R\$ 7.233.261,96** (sete milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos) referem-se aos Restos a Pagar Não Processados e **R\$ 1.203.428,09** (um milhão, duzentos e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e nove centavos) foram inscritos em Restos a Pagar na modalidade Processados.

32. Verifica-se no quadro a seguir que havia um saldo de restos a pagar Não





Processados e Processados de exercícios anteriores no montante de **R\$ 2.545.554,51** (dois milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

33. Assim, houve aumento correspondente a **231,42%** (duzentos e quarenta e um inteiros e quarenta e dois centésimos percentuais) em relação ao saldo de exercícios anteriores.

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2017	R\$ 3.720,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.313,96	R\$ 406,53
2018	R\$ 65.997,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.472,98	R\$ 53.524,67	R\$ 0,00
2019	R\$ 55.224,77	R\$ 0,00	-R\$ 13.630,34	R\$ 6.520,54	R\$ 35.023,64	R\$ 50,25
2020	R\$ 1.694.211,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.008.608,82	R\$ 321.161,39	R\$ 364.441,74
2021	R\$ 0,00	R\$ 6.868.363,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.868.363,44
	R\$ 1.819.154,86	R\$ 6.868.363,44	-R\$ 13.630,34	R\$ 1.027.602,34	R\$ 413.023,66	R\$ 7.233.261,96
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2014	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00
2015	R\$ 14.734,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.734,56
2016	R\$ 263,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 263,67
2017	R\$ 4.970,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.970,55
2018	R\$ 28.790,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.997,19	R\$ 0,00	R\$ 2.793,28
2019	R\$ 6.896,86	R\$ 0,00	R\$ 13.630,34	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 20.377,20
2020	R\$ 666.743,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 659.928,42	R\$ 0,00	R\$ 6.815,12
2021	R\$ 0,00	R\$ 1.149.473,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.149.473,71
	R\$ 726.399,65	R\$ 1.149.473,71	R\$ 13.630,34	R\$ 686.075,61	R\$ 0,00	R\$ 1.203.428,09
TOTAL	R\$ 2.545.554,51	R\$ 8.017.837,15	R\$ 0,00	R\$ 1.713.677,95	R\$ 413.023,66	R\$ 8.436.690,05

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 102.

## 5.1. Quociente de inscrição de Restos a Pagar – QIRP

34. Para cada **R\$ 1,00** (um real) inscrito de despesa empenhada, houve inscrição de **R\$ 0,08** (oito centavos), em restos a pagar no exercício, conforme cálculo do QIRP abaixo:

A	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 99.103.245,50
B	B_TOTAL_INSCRIÇÃO	R\$ 8.017.837,15
QIRP	B/A	0,0809

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 38.

## 5.2. Quociente de Disponibilidade Financeira - QDF

35. Da análise do Quociente de Disponibilidade Financeira – Exceto RPPS – para pagamento de restos a pagar, nota-se que, para cada **R\$ 1,00** (um real) de restos a pagar





Processados e Não Processados, há **R\$ 3,66** (três reais e sessenta e seis centavos) de disponibilidade financeira geral, conforme demonstrado abaixo:

A	TOTAL_DISP_BRUTA_EXCETO_RPPS	R\$ 31.542.684,73
B	TOTAL_DEMAIS_OBRIGAÇÕES_EXCETO_RPPS	R\$ 662.704,84
C	TOTAL_RPP_EXCETO_RPPS	R\$ 1.203.428,09
D	TOTAL_RPNP_EXCETO_RPPS	R\$ 7.233.261,96

QDF	(A-B)/(C+D)	3,6602
-----	-------------	--------

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 37.

### 5.3. Quociente da Situação Financeira – QSF

36. A análise do Quociente da Situação Financeira – Exceto RPPS – indicou superávit financeiro no valor de **R\$ 22.443.289,84** (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), considerando todas as fontes de recursos, conforme cálculo abaixo:

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 31.542.684,73
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 9.099.394,89

QSF	A/B	3,4664
-----	-----	--------

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 38.

## 6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 6.1. Educação - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Fundeb

37. Segundo o Relatório Técnico Preliminar, o município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de **R\$ 22.571.939,89** (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), correspondente a **27,96%** (vinte e sete inteiros e noventa e seis centésimos percentuais) da receita base de **R\$ 80.727.227,52** (oitenta milhões, setecentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos). Portanto, o município cumpriu o limite mínimo de **25%** (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 212 da CF/1988.

38. Com relação ao Fundeb, a Secex registrou que o valor arrecadado somou **R\$ 14.563.814,31** (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e um centavos). Os rendimentos sobre aplicações financeiras corresponderam a **R\$ 70.232,76** (setenta mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos), o que totaliza o montante de **R\$ 14.634.047,07** (quatorze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quarenta e sete reais e sete centavos).







39. No Relatório Técnico Preliminar<sup>3</sup> a Secex apontou que o município aplicou no Fundeb o valor de **R\$ 10.432.261,86** (dez milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos), importância correspondente a **71,28%** (setenta e um inteiros e vinte e oito centésimos percentuais) da receita do referido Fundo. Desse modo, alegou que o município cumpriu o limite mínimo de **70%** (setenta por cento) estabelecido no art. 212-A da CF/1988 (incluído pela Emenda Constitucional n.º 108, de 26/8/2020) e no art. 26 da Lei n.º 14.113/2020.

79. No tocante ao Fundeb 50% e Fundeb 15% - Complementação da União, a Secex informou que não houve registro de recebimento de recursos do Fundeb/complementação da União.

## **6.2. Saúde**

40. Conforme anotado pela Secex, o município aplicou em ações e serviços públicos de saúde o montante de **R\$ 24.731.535,21** (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos), correspondente a **31,20%** (trinta e um inteiros e vinte centésimos percentuais) da receita base, que foi de **R\$ 79.259.918,31** (setenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dezoito reais e trinta e um centavos). Portanto, o município cumpriu o limite mínimo de **15%** (quinze por cento) dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos, inclusive as provenientes de transferências, na forma prevista nos arts. 156, 158 e 159, da Constituição Federal/1988 e do art. 7º da Lei Complementar n.º 141/2012.

## **6.3. Pessoal**

### **6.3.1. Regime Previdenciário**

41. Extrai-se do Relatório Técnico Preliminar que o município não possui Regime Próprio de Previdência, estando todos os servidores municipais vinculados ao Regime Geral (INSS).

### **6.3.2. Limites Legais**

#### **6.3.2.1. Poder Executivo**

42. Conforme apurado pela Secex, as despesas com pessoal do Poder Executivo

<sup>3</sup> Documento Digital nº 181669/2022, p. 123.





totalizaram **R\$ 50.351.075,18** (cinquenta milhões, trezentos e cinquenta e um mil, setenta e cinco reais e dezoito centavos), correspondentes a **50,56%** (cinquenta inteiros e cinquenta e seis centésimos percentuais) da Receita Corrente Líquida (RCL), que totalizou **R\$ 99.579.860,43** (noventa e nove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), valor acima do limite de alerta (48,6%) estabelecido na Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Todavia, foi assegurado o cumprimento do limite máximo de **54%** (cinquenta e quatro por cento) estabelecido no art. 20, III, alínea “b”, da mesma lei.

#### **6.3.2.2. Poder Legislativo**

43. As despesas com pessoal do Poder Legislativo perfizeram **R\$ 1.940.092,74** (um milhão, novecentos e quarenta mil, noventa e dois reais e setenta e quatro centavos), valor correspondente a **1,94%** (um inteiro e noventa e quatro centésimos percentuais) da RCL, cumprindo o limite máximo de **6%** (seis por cento) estabelecido no art. 20, III, alínea “a”, da LRF.

#### **6.3.2.3. Despesa Total com Pessoal**

44. Em relação às despesas com pessoal do município, somaram **R\$ 52.291.167,92** (cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), valor correspondente a **52,51%** (cinquenta e dois inteiros e cinquenta e um centésimos percentuais) da RCL, cumprindo o limite máximo de **60%** (sessenta por cento) estabelecido no art. 19, III, da LRF.

#### **6.4. Repasses ao Legislativo**

45. Extrai-se dos autos que, conforme a Lei Orçamentária Anual e os créditos adicionais, o valor bruto do repasse ao Poder Legislativo no exercício de 2021 foi de **R\$ 3.819.374,70** (três milhões, oitocentos e dezenove mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta centavos) correspondente a **6,31%** (seis inteiros e trinta e um centésimos percentuais), da receita base de **R\$ 60.527.991,92** (sessenta milhões, quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), assegurando o cumprimento do limite máximo de **7%** (sete por cento) estabelecido pelo art. 29-A, I, da CF/1988.





DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 3.819.374,70	R\$ 60.527.991,92	6,31%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 2.969.991,95	R\$ 60.527.991,92	4,90%	7,00%	REGULAR
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 1.940.092,74	R\$ 3.819.374,70	50,79%	70%	REGULAR
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 1.940.092,74	R\$ 99.579.860,43	1,94%	6%	REGULAR

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 133.

46. A Secex mencionou que os repasses ao Poder Legislativo:

- 1) não foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal;
- 2) não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, §2º, inc. III, da CF/88);
- 3) ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II e III, da CF/1988).

## 6.5. Síntese da Observância dos Principais Limites Constitucionais e Legais

47. O Quadro abaixo sintetiza os percentuais alcançados no exercício de 2021:

OBJETO	NORMA	LIMITE PREVISTO	PERCENTUAL ALCANÇADO
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF/1988: art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências	27,96%
Remuneração do Magistério	CF/1988: art. 212-A (incluído pela EC n.º 108, de 26/8/2020) e art. 26 da Lei n.º 14.113/2020	Mínimo de 70% dos Recursos do Fundeb	71,28%
Ações e Serviços de Saúde	CF/1988: art. 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	Mínimo de 15% da receita de impostos referentes ao art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea "b" e § 3º, da CF/1988	31,20%
Despesa Total com Pessoal do Município	LRF: art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	52,51%
Despesa de Pessoal do Poder Executivo	LRF: art. 20, III, alínea "b"	Máximo de 54% sobre a RCL	50,56%
Despesa de Pessoal do Poder Legislativo	LRF: art. 20, III, alínea "a"	Máximo de 6% sobre a RCL	1,94%
Repasse ao Poder Legislativo	CF/1988: art. 29-A	Máximo de 7% sobre a Receita Base	6,31%

Fonte: Relatório Técnico Preliminar – Documento Digital nº 181669/2022.

## 7. DÍVIDA PÚBLICA

48. A Secex afirmou que o Quociente do Limite de Endividamento (QLE) é negativo, pois o saldo das disponibilidades é maior que o montante da dívida pública consolidada.





B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 99.579.860,43
A	DCL	-R\$ 30.339.256,64

QLE	if(A<=0,0,A/B)	0,0000
-----	----------------	--------

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 181669/2022, p. 40.

## 8. CONCLUSÃO DA SECEX

49. A Secex elaborou o Relatório Técnico Preliminar de Auditoria, de responsabilidade do Auditor Público de Controle Externo Sr. Gilson Gregorio. Após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do Sistema Aplic, concluiu pela presença de 2 (duas) irregularidades, sendo 1 (uma) grave e 1 (uma) moderada, elencadas a seguir:

**EDELO MARCELO FERRARI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021**

**1) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO GRAVE 03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

**1.1)** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos de excesso de arrecadação inexistentes nas fontes 01, 18, 23, 24, 30 e 46 no montante de R\$ 3.490.599,85.

**2) FC13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO MODERADA 13.** Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

**2.1)** As metas anuais de resultado primário para os exercícios de 2022 e 2023 e nominal para o exercício de 2023 (valores correntes e constantes) não foram previstas, prejudicando a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal instituídos na CF/88 e LRF/00.

### 8.1. Relatório Técnico de Defesa das Contas de Governo

50. Regularmente citado, o Sr. Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito Municipal, apresentou defesa e documentos que entendeu pertinentes<sup>4</sup>.

51. Após a análise<sup>5</sup>, a Secex concluiu pela permanência de 1 (uma) irregularidade classificada como grave, com a mudança de sua redação, a saber:

**1) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO GRAVE 03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

**1.1)** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos de excesso de arrecadação inexistentes no montante de R\$ 2.177.442,83, nas fontes: 01 no valor de R\$ 1.713.033,54 e 24 no valor de R\$ 464.409,29.

4 Defesa – Documento Digital n.º 193704/2022.

5 Documento Digital n.º 204767/2022.





## **9. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**

52. Os autos foram enviados ao Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer n.º 4.934/2022, da lavra do Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho, opinando pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura de Brasnorte, referentes ao exercício de 2021, sob a administração do Sr. Edelo Marcelo Ferrari, pela manutenção parcial da irregularidade FB03 e pela recomendação ao Legislativo Municipal, para que determine ao Chefe do Poder Executivo que:

c.1) adote imediatas medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal – IGFM, tendo em vista que a melhoria na gestão é um fim a ser perseguido constantemente e a identificação de boas práticas devem ser realizadas, mantidas e aperfeiçoadas;

c.2) nos termos do art. 22, § 1º, da LOTCE/MT, aplique prudência e efetue planejamento mensal perante as fontes, registrando justificativas e a correspondência do saldo positivo com as diferenças acumuladas.

53. Ato contínuo, o Sr. Edelo Marcelo Ferrari foi citado e protocolou suas alegações finais<sup>6</sup>, sendo o processo encaminhado ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer.

54. O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer n.º 5.896/2022 da lavra do Procurador de Contas, Getúlio Velasco Moreira Filho, ratificando o parecer anterior.

55. É o Relatório.

Cuiabá, 24 de outubro de 2022.

(assinado digitalmente)<sup>7</sup>

**WALDIR JÚLIO TEIS**

Conselheiro Relator

<sup>6</sup> Alegações Finais – Documento Digital n.º 214763/2022.

<sup>7</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

